

Raquel Dodge elogiou o trabalho realizado pela da força-tarefa pela relevância técnica e também social do tema, reiterando o apoio da Procuradoria-Geral da República

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recebeu na tarde dessa terça-feira (17) integrantes da força-tarefa Greenfield, que investiga crimes contra fundos de pensão. Formado por três procuradores da República e um procurador regional da República, o grupo fez uma apresentação dos trabalhos realizados desde a deflagração da operação, em setembro de 2016, destacando as metas para os próximos meses.

No encontro, o coordenador da FT, Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, destacou o caráter interinstitucional do trabalho, frisando que, atualmente, o MPF tem o apoio de 23 órgãos. Entre eles, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Previc, a Receita Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o procurador, essas parcerias têm sido decisivas para permitir o avanço das investigações, sobretudo pela natureza do principal crime investigado: a gestão fraudulenta e temerária dos recursos dos fundos de pensão Petros, Funcef, Previ e Postalís.

Ainda durante a apresentação, os procuradores revelaram à Raquel Dodge que, ao longo do último ano, as investigações tiveram o escopo ampliado, após a descoberta de que grupos econômicos que se beneficiavam das irregularidades na gestão dos fundos de pensão também buscaram e receberam recursos de outras origens, como a Caixa Econômica Federal. A repetição do modelo de atuação fez com que a força-tarefa também absorvesse as investigações das operações Sépsis e Cui Bono. Juntas, as operações têm atualmente três ações penais e dezenas de inquéritos policiais e Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs) em curso.

Além do coordenador da FT, dos procuradores da República Sara Moreira Leite e Frederico Siqueira, e do procurador regional Márcio Barra Lima, o encontro contou com a presença da secretária da Função Penal Originária no Supremo Tribunal Federal, Raquel Branquinho, e da secretária-geral do MPU, Zani Cajueiro.

Fonte: Procuradoria-Geral da República, em 18.10.2017.